



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL - COMPAC

Aos 22 dias (vinte e dois) do mês de julho, quinta-feira, do ano de 2021, às 09h: 30min (nove horas e trinta minutos), presencial no Teatro Municipal Antônio Roberto de Almeida, deu-se início a reunião do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural - COMPAC. Primeiramente, a Secretária Municipal de Cultura e Turismo, Sra. Joana Maria Coelho abriu a reunião e deu as boas vindas a todos. Explica que a reunião irá abordar as diretrizes referentes ao Projeto da EMCAMMP, pergunta se os conselheiros leram o projeto enviado anteriormente. Joana pede envolvimento dos conselheiros e diz que o terreno é privado e pede para que os conselheiros prestem atenção na explicação da Mariana Borges e da Luciana Angélica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Dra. Rosa Werneck questiona que não houve solicitação da reunião interna do COMPAC – e que Joana poderia ter mandando uma mensagem no grupo. Joana explana que os conselheiros poderiam ter se manifestado ao COMPAC no grupo, inclusive a própria Rosa, que o interesse é coletivo e que o COMPAC tem autonomia para se reunir. Joana disse que tentou marcar na quarta e que muitos conselheiros não podiam inclusive a própria Rosa. Dra. Rosa diz que havia ido até a SECULT na terça feira. Dra. Rosa fala que Joana está querendo aprovar hoje e Joana responde que os critérios serão discutidos nessa reunião sim. Que os conselheiros podem apresentar quantos critérios quiserem e que hoje é o dia. Dra. Rosa diz que recebeu um telefone nesta terça, para comparecer na SECULT nesta quarta, mas que não teve disponibilidade e que as coisas não são assim de um dia para o outro. Joana responde que por isso foi marcada uma reunião oficial do conselho. Dra. Rosa diz em seguida que “então vamos seguindo a boiada” e Joana responde que a forma como Rosa coloca “parece que tem alguma armação”. Joana pede, por favor, e diz que exige respeito. Dra. Rosa fala que Joana “está fazendo uma defesa absurda” em relação à EMCCAMP. Joana diz que está dizendo que o terreno é privado e que inclusive a Empresa está presente de guarda baixa para ouvir as diretrizes. André Campos, Presidente da EMCCMP, se apresenta e fala sobre o projeto que é técnico, que cumpre todas as legalidades e que já está decidido que o projeto irá acontecer. Ressalta também que o terreno é privado e explica que tem interesse em ver as diretrizes que serão apresentadas. Joana segue falando que irá passar a fala para as servidoras do Desenvolvimento Urbano e assinala que deixa aberta a fala aos conselheiros e que depois da fala de Dra. Rosa e Adalberto Mateus para ouvir todos os pontos que as pastas criaram esses critérios e que se os conselheiros tivessem dúvidas e sugestões que as mesmas poderiam ser ditas. Conta que ligou para o Presidente do IEPHA para perguntar sobre o empreendimento e que ele sinaliza que está tudo dentro da legalidade e que precisa mesmo estabelecer as diretrizes. Valquíria Dias, representante da Secretaria Municipal de Educação diz que quando se fala de gente capacitada conta que buscou a Mariana Borges e que ela está na Secretaria de Desenvolvimento é uma pessoa sensata dentro da intuição, reportando ao André ela diz que “quando você fala que vai ser o conselho é soberano” e que mora na cidade desde que nasceu e que tem aceitado muitas coisas “guela abaixo há muitos anos”, prossegue dizendo que se preocupa com a contrapartida e que se construa de forma que a gente possa pedir, cita um espaço cultura que poderá ser realizado e sobre a importância da Fazenda Vicente Araújo e sua história – pede para registrar em ata o pedido da contrapartida. Joana pede para que Valquíria aguarde a pauta da contrapartida. Valquíria continua falando que gostaria só de pedir. André da EMCCAMP pede desculpas se a Valquíria se pareceu que ele tenha pedido para que as pessoas se cale e que não foi isso que ele quis dizer. Ele fala sobre as vias que serão melhoradas, fala do parque que será aberto ao público, fala que o espaço pode ser destinado a cultura e que coloca como sugestão ouvir os pontos e que depois se coloca a disposição para esclarecer as dúvidas. Joana fala com Valquíria sobre a forma que encontrou a Cultura na cidade o abandono e que esta feliz de realizar algumas ações e fala que o que será discutido aqui são as primeiras idéias e isso precisa ficar claro e que as diretrizes são pra ser criadas juntas e que a Secretaria de Cultura e Desenvolvimento Urbano se adiantaram e criaram os principais pontos e ainda tem o EIV – tudo se atendo as questões culturais. Valquíria fala que é moradora da cidade e professora a há 30 anos e que ela quer pedir enquanto moradora, cita os parquinhos, a necessidade de escola, de livros e Joana fala que não adianta querer cobrar de uma empresa só os 30 anos de atraso pra uma empresa só. Valquíria fala que o que a empresa está trazendo pra nós é algo definitivo. Joana passa a palavra a Mariana Borges e Luciana Angélica, Definições de diretrizes para o Parcelamento “Cidade Jardim” Sítio da Praia, EMCCAMP. Mariana fala sobre os seis pontos de visada que foram



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

fotografados a partir de visita técnica realizada por elas mais a historiadora Mikaela da SECULT. Explica a motivação da consulta embasada no Lei 3.978/2018 - Institui a Política Municipal do Patrimônio Cultural Art. 75 - Compete ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural: (...). IV - *emitir parecer prévio*, atendendo a solicitação do órgão competente da Prefeitura, para: (...). c) *a concessão de autorização ou licença para obras de movimentação de terra, modificação do solo, implantação de projeto urbanístico, inclusive de loteamento e parcelamento, que possa repercutir na segurança, na integridade, na ambiência ou na visibilidade de bens culturais, inclusive os arqueológicos, assim como em sua inserção no conjunto panorâmico ou urbanístico circunjacente*. Fala sobre a Localização Parcelamento “Cidade Jardim” e Centro Histórico; Diferença de altura entre o ponto mais alto do terreno e o local onde estão as igrejas no Centro Histórico: 30 m - Igreja N. S. do Rosário; 50 m - Igreja Matriz; Encosta com vegetação arbórea significativa que funciona como “amortecimento” do Centro Histórico. Prossegue explicando sobre as visadas Igreja Matriz, encosta arborizada - tangente ao terreno “Cidade Jardim”; Vista parcial das torres da Igreja do Rosário - Avenida Beira Rio Vista parcial, bastante obstruída, das torres da Igreja do Rosário a partir da Avenida Beira Rio. Vista poderá ser consolidada em pontos internos do terreno, com a capina e limpeza da área; Vista parcial das torres da Igreja do Rosário - Avenida Beira Rio; Vista parcial das torres da Igreja do Rosário - Avenida Beira Rio; Vista obstruída a partir da Rua Pedro P. de Oliveira - Não foi possível notar elementos significativos da paisagem do Centro Histórico a partir deste ponto; Vista a partir do Cemitério do Carmo- Vista das torres da Igreja do Rosário. Destaque para parte mais alta do terreno “Cidade Jardim” e vegetação predominante de pasto. Vista poderá ser consolidada em pontos internos do terreno; Encostas arborizadas como moldura da Igreja do Rosário - Demanda estudo específico de visadas. Mas é possível afirmar que grande parte do que é visto é a Região do “Alto das Maravilhas”. Dra. Ana Luzia representante da OAB, pergunta se pode reaver os lotes para 360 m² e pede para esperar o plano diretor. Rosa pergunta sobre as áreas remanescentes e pergunta sobre o bairro aberto e se tem como amarrar teoricamente como no bairro vizinho, “Boa Esperança”, que até caiu por terra, se tem como evitar prédios de até dois pavimentos e pergunta se por um acaso a pessoa comprar 10 lotes se poderia construir 10 lojas. Mariana responde que precisa vai depender da Lei de uso e ocupação do solo e que cabe ao conselho estabelecer os pontos da visada relevante só pode parar em dois pavimentos. Valquíria pergunta se no Plano Diretor pode fazer essa mudança. E Mariana pede para Rosa e Valquíria acabar de apresentar para estabelecer o “como”. Diretrizes propostas: 1) Limitação para apenas construções horizontais (2 pavimentos - 6,0 m de altura) nos seguintes locais: Lotes com frente para a Avenida Beira Rio; Lotes com cota altimétrica superior a 710 m, entre as duas vertentes do terreno; Lotes localizados na via de ligação entre a Avenida Beira Rio e Rua Marechal Rondon; 2) Maior exigência da Taxa de Permeabilidade mínima, de 20% para 30% em lotes com área superior a 500 m² (inclui todos os lotes com frente para a Avenida Beira Rio); 3) Exigência em todo o bairro de que a Taxa de Permeabilidade seja tratada como área vegetada, com pelo menos um indivíduo arbóreo da flora local; 4) Tratamento da Avenida Beira Rio como “Boulevard”: Exigência de permeabilidade visual no fechamento frontal; Exigência de disponibilização da área permeável na parte frontal do terreno; 5) O projeto da praça com frente para a Avenida Beira Rio deverá ter aprovação do COMPAC, e deverá ser implantado pelo loteador; 6) Revegetação das áreas verdes com espécies arbóreas da flora local. Mariana fala sobre ter essas especificidades já previstas no documento do cartório e faz mais um apontamento sobre as demais recomendações - aplicáveis ao terreno e a demais empreendimentos: Recomendação de proteção, em âmbito municipal como bem cultural, da espécie arbórea “Macaúbas”; Recomendação de revisão do perímetro e regulamentos da ADE Centro Histórico, no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal Demais recomendações - aplicáveis ao terreno e a demais empreendimentos Recomendação de revisão, no âmbito da revisão do Plano Diretor municipal, da “ADE Centro Histórico”, em que constem: visadas relevantes; limites para novas edificações; limites para parcelamentos do solo. E por fim, mostra quais serão os próximos passos: Elaboração e aprovação de diretrizes relativas ao patrimônio histórico e cultural pelo COMPAC; Encaminhamentos relativos ao empreendimento; Encaminhamentos de demandas que extrapolam o empreendimento; para a equipe do EIV, para que constem como medidas mitigadoras e condicionantes do empreendimento; Para a equipe licenciadora do projeto urbanístico, para que exija registro das medidas mitigadoras nos imóveis originados do parcelamento; Para o Grupo Gestor do Plano Diretor, para que considerem na revisão da “ADE Centro Histórico”. André representante da EMCCAMP propõe um estudo técnico da área e que ele não tem interesse nenhum em deteriorar a cidade. Dra. Rosa cita outros empreendimentos que não tiveram as normas respeitadas e que ela não é contra o empreendimento, mas no entorno deste condomínio o que poderia estar acontecendo. Cita o trânsito e as vias que serão afetadas como Pinhões, por exemplo. Fala que o estudo



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

técnico pode ser um atenuante para que todos possam votar com mais segurança e que não querendo ser saudosista em relação a sua infância e o terreno, mas que precisa ser pensado o impacto do empreendimento na cidade e o sentimento de impotência diante o poder econômico. André da EMCCAMP diz que os conselheiros e eles estão falando a mesma língua e se remete ao tempo do prefeito Calixto e cita o desejo do mesmo de implantação de torres, no antigo projeto, diferente a sua percepção. Fala sobre os shoppings também e que neste momento não existe esse interesse de implantação no projeto atual, que já foi a ideia, mas atualmente não tem vocação. Mariana fala que sugeriu a altura de dois pavimentos onde a visada é mais relevante e que é possível propor restrições altimétricas em outras áreas, não tão restritas de repente 3 (três) ou 4 (quatro) pavimentos, e que em geral 98% da cidade não tem prédios e pelo formato do parcelamento não parece ser essa vocação no empreendimento citado e que ela como conselheira seria favorável. E que a empresa teria condições de apresentar um 3D para que todos tivessem essa visão. O conselheiro Adalberto fala sobre a análise da paisagem cultural e sugere a abertura de um campo de visada de uma linha que passasse pelo rio e encontra-se a torre da Matriz vista a história e a relevância do rio e do Rosário, por se tratar de uma visada histórica e que não deseja no futuro é a malandragem na relação de construção. Pergunta com quem a área verde de proteção permanente vai ficar. Pergunta qual a altura do terreno mais alta e o tanto quanto vai interferir na Matriz, uma massa de construção atrás da Igreja do Rosário. Adalberto questiona se as construções do Cidade Jardim da EMCCAMP vão competir com a vista ao fundo Igreja do Rosário. Mariana fala sobre fazer ensaio de outros pontos e que os conselheiros da cidade podem sugerir tais pontos. Maria coloca como sugestão a taxa de permeabilidade e que seja uma área verde e que passa para o domínio da Prefeitura e que o trabalho não termina aqui. Adalberto fala da preocupação de depois a Prefeitura decide fazer outra coisa na área verde. Mariana responde que como é uma APP do curso d'água e não é de qualquer uma é do Rio das Velhas, a chance disso acontecer é baixa e que a prefeitura teria que mudar o código Florestal Nacional para que a Prefeitura consiga fazer alguma alteração na área. André fala sobre a realização do estudo técnico a partir da indicação do COMPAC e que esse estudo irá embasar todos nós. Adalberto fala que se o estudo técnico for ruim o conselho vai perceber e que para a paisagem cultural que toda área a relevante. André fala que entendeu e que o estudo de visada vai alocar alguns pontos específicos e que em relação à área a verde APP do Rio das Velhas a EMCCAMP está doando está área para a Prefeitura e que é impossível alguém mexer, pois a proteção se trata de uma Lei Federal e que se alguém colocar alguma coisa lá que todos podem ir ao Ministério Público que resolve isso na hora. Adalberto complementa que não precisa ter medo não que eles colocam que na beira do rio tem muito aterro e que tudo é possível. André fala que ao redor do empreendimento será arrumado e que no lugar dos matos serão plantadas espécies nativas e meio fios. Adalberto pergunta sobre a família Araújo se ela não teria interesse de preservar a casa sede. André responde que não e que a casa foi toda furtada, telhado e que a casa está deteriorada que a família não tem interesse. André responde novamente que ela está totalmente deteriorada. Adalberto fala que lá esta abandonando desde que Dona Zuma faleceu e queria saber se até por parte da Cultura da cidade se Fazenda – Casa Sede não teria algum valor e pelo seu testemunho na história. Dra. Rosa cita outro exemplo de casa sede que deu origem ao Conjunto Cristina na época de Fernando Henrique Cardoso e que a fazenda foi preservada e votada no Conselho com ajuda do Dr. Marco Paulo, Promotor de Justiça da época. Dra. Rosa Sugere a preservação da casa sede. André fala que onde esta a casa sede terão pontos de movimentação de terra e propõe um memorial da fazenda, escolha um ponto de evocação. Adalberto fala que não necessita de nada que ele está propondo, pois daqui um tempo tudo estará depredado e que necessita mesmo é de um documento e de conhecimento de história e de memória do que foi a casa sede e Vicente Araujo. Fala também que se o conselho exigir a EMCCAMP terá que preservar a casa. André fala sobre não viabilizar o equipamento, mas que se isso é sensível que ela acha bacana construir um livro, uma exposição. Joana pergunta se a história da Fazenda não está registrada no IEPHA e o no IPHAN. Adalberto responde que não e fala sobre a casa sede ser uma área institucional da Prefeitura em contrapartida e que a sede da fazenda poderia ser um posto de saúde e que é preciso refletir. André fala que poderia deixar a casa num lote, mas que ela não ficaria bonita, a casa ficaria enterrada em não consegue deixar a casa devido ao movimento de terra, pois vai à topografia do terreno será muito mexida. Adalberto diz que a decisão do valor da casa falando que o contexto irá enterrar ela e pergunta e qual o estudo que está falando isso, pra ele poder saber e que para André não interessante, pois ele vai ter que redesenhar tudo em volta dela. André fala que usou um exemplo sobre a casa ficar enterrada e que talvez tenha expressado mal, mas que ele quis dizer que a área toda vai ser muito mexida e que as cotas do terreno vão mudar. Adalberto fala que se tem estudo disso que a Mariana tem que ver para estudar. André ressalta que o que for



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

importante para a cultura ele pode contribuir, se for pra ser um posto de saúde e se a casa tem condições salubres de receber um posto. Adalberto diz que há uma curiosidade em conhecer o terreno e que ele não pode ir lá sem autorização e que ele não sabe o valor histórico da casa por que ele não conhece a casa e só viu por foto e que não pode avaliar somente assim por não conhecer. Mariana fala sobre a ficha para o licenciamento que deve ter estudo sobre o levantamento presente na ficha do IEPHA e do IPHAN. Adalberto fala sobre a Mariana ser envolvida no processo de movimentação e da mudança de cotas. Joana sugere uma visita técnica e André concorda. Mariana diz que não parou para avaliar esta questão e que pode trazer o colega que está avaliando o projeto para explicar melhor. André complementa que o estudo técnico de visada poderá contemplar já o estudo das cotas e terraplanagem. Joana sugere que o estudo de visada seja o primeiro critério. André diz que sim, que irá realizar o estudo técnico das visadas e o histórico da fazenda e que pode pedir a família dados antigos da Fazenda. Joana pede a Giuliana, arqueóloga da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo que apresente o que a equipe pensou como cumprimento das medidas mitigatórias e fala que se será um posto de saúde não é nossa a competência de avaliar isso e que ela está defendendo o que cabe a cultura. Dra. Rosa pede licença para se retirar da reunião, pois terá uma audiência às 11 horas. Giuliana assume a palavra e explica que as outras medidas como saúde e educação serão apresentadas pela comissão do EIV e neste caso seriam discutidas somente as medidas da Cultura. Foram pensadas a seguintes medidas: sobre os acessos existentes e que serão criados para não sobrecarregar o Centro Histórico, em parceria com o Departamento de Trânsito; a segunda medida compensatória seria o projeto de revitalização da Praça Senador Modestino Gonçalves, no Centro Histórico, Rua Direita; a readequação do Teatro Municipal Antônio Roberto de Almeida; Joana fala sobre as necessidades do Teatro que é necessário equipá-lo para que a população possa usar e que não se trata de um restauro, comenta também sobre o trânsito no centro histórico em relação ao trevo do Vésper, a subida de caminhão e a proibição desse tráfego no centro e que ela está em diálogo com Trânsito para mudar o formato do trevo e evitar que carretas subam. André fala que mexer no trevo do Vésper é complexo e sugere uma sinalização e acredita que isso está mais focado na fiscalização e que mexer no trevo pode causar acidentes e que mudar isso esbarraria em medidas de trânsitos. O representante do CREA Ítalo José nos fala que ao lado do trevo tem uma indústria que lá entram carretas com carga pesada, assim o estreitamento do trevo não é viável. Giuliana pede para terminar de explicar e fala que a SECULT não tem como estudar esta demanda e avaliar essas questões e que o EIV já está analisando. Joana fala da seriedade dessa questão do trânsito que já está em discussão com o Ministério Público e o trânsito para sanar essa dificuldade do trânsito, mas que é um desejo da SECULT e André da EMCCAMP diz que pode estudar essa questão do trevo. Giuliana fala sobre a destinação de recursos do FUMPAC e que esses recursos podem ser destinados para projetos em andamento na SECULT, como o restauro do Acervo do Museu Histórico Aurélio Dolabella e da fazenda Boa Esperança. Joana fala do Fundo e de repente em médio prazo do imposto de repasse via projetos da SECULT estaduais e federais, auxiliando nos restauro dos equipamentos e auxiliando e incentivando a Cultura na região. André concorda que pode ver a questão do imposto e o emprego do recurso do projeto. Joana fala que é muito difícil manter os equipamentos e fala sobre a parceria com as associações e cita o caso da Associação Cultural Comunitária que foi a responsável pela restauração do Solar da Baronesa. Fala que desenvolver projetos de captação de recurso e editais para atender a população é uma das coisas mais difíceis, pois poucas pessoas sabem fazer e que ela se coloca a disposição para auxiliar. André diz que está confortável com a situação e diz que participa e que se as demandas forem entregues ele ira contribuir. Valquíria fala que somos carentes disso e que é difícil ter essas ajudas. Adalberto retoma sobre a questão da casa sede e sua preocupação. Joana fala sobre a visita técnica e se podemos marcar um dia para ver. Adalberto pergunta se a Cultura não tem interesse em fazer uma troca da área institucional que sei lá o que vai ser e se seria possível a Cultura ganhar essa memória. Joana fala que não é por que ela não quer, ela acha maravilhosa a ideia, mas a SECULT não tem condições de assumir um prédio e que ainda necessita de restauro e manutenção. Que a Cultura tem uma média de 05 prédios e que todos estão caindo aos pedaços e que ela como secretária, hoje, não quer um prédio que necessite de restauro e manutenção por que a SECULT não está conseguindo restaurar para ocupar os que já possui e que ela prefere que seja feita o registro de memória ou achar uma outra maneira mais adequada para que essa responsabilidade de ocupação e manutenção não seja da SECULT. Fala que hoje ela tem muito mais interesse no teatro pronto, por exemplo, e que sejam trabalhados a ocupação e o pertencimento da comunidade em relação a esses espaços do que sobrar mais um prédio sobre a SECULT. André fala que não esta falando em causa própria e que ele sempre viu que o que as cidades tem elas não dão conta de cuidar. Adalberto fala que se as coisas forem mal geridas elas sempre vão



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

acabar e quem paga o preço é a memória. André fala que vai de cada gestão. Adalberto pede para que André entenda o lado dele e que ele cuida a muitos anos de uma Associação criada em 1987, para preservar do patrimônio cultural, e que foram mais de um milhão e meio captados para a restauração integral do Solar da Baronesa e que a Prefeitura rasgou o contrato na cara dos membros da associação e que hoje ela chega pra gerir e encontra o solar abandonado, então quando ele fala essa questão da sede da fazenda ele está pensando na memória, Santa Luzia como uma cidade de fazendas. Fala que não sabe o que a prefeitura vai fazer daqui a 20 anos e que o que interessa é a memória da cidade. Joana sugere a visita técnica. André também sugere uma visita. Adalberto fala que na memória de Santa Luzia ela já faz parte. André fala que parte do madeirame da casa foi roubada e que ele sugere um memorial. Adalberto fala que “vai deixar uma pulga na cabeça de André para que ele pense a respeito da preservação da casa sede e resgate arqueológico” e que placas e memoriais as gestões arrancam. André diz que se for uma decisão do município permanecer a área em detrimento de outra eu tudo bem. Joana fala que pode marcar essa visita técnica, que foram apresentados aqui novos critérios, foram esclarecidas muitas coisas, criadas outras questões, fica confortável votar nesse momento, que temos quorum pra votar, se vai ter ou não vai ter, que votar ou não, ou vocês não querem votar, que ela acha que votar não será diferente deles resolverem tudo por que estará registrado em ata, que será assinado, lavrado e estará tudo certo, fala que se marcarmos uma reunião na semana que vem pra gente apresentar o que foi falado aqui, ela tem a sensação que ela esta adiando um monte de coisa que pode começar a acontecer. André da EMCCAMP explana sobre a tranquilidade de todos e fala sobre a importância do dialogo e que ele se compromete com esse dialogo, e que esse dialogo de repente irá durar mais tempo e o que pode ser feito é votar os pontos técnicos, quem concorda e quem não concorda, e o que vai ficar são questões pendentes, ir na casa sede, estudo da casa, memorial e que é importante para empresa que as coisas caminhem. Adalberto pergunta: votar o que? E conclui que se votar não fecha a conversa. Joana fala que pelo contrário que pode colocar a autorização pra comercialização agora e a autorização pro inicio de qualquer obra só depois que tudo conversado, pois uma coisa é a comercialização é a comercialização e as coisas que vão acontecendo e que a construção de qualquer coisa vai ser passado todos os critérios e batido o martelo é só por que está parado o processo. O representante do CREA Ítalo pergunta a Joana, pois ela havia dito que tinha quorum, mas ele fala da saída de Rosa. Joana responde que a Dra. Ana Luiza está presente e ela é suplente. Adalberto fala que esta preocupado em votar coisas indefinidas para comercializar. André diz que trava a comercialização por que isso também depende do EIV e isso também vai gastar um tempo. Joana diz que vota agora e diz que pode marcar uma nova reunião na semana que vem e continua dizendo que uma das coisas que mais incomoda ela em Santa Luzia, e que ela é muito executora e gosta de ver as acontecendo e que as discussões quando elas não vão para lugar nenhum elas se perdem no vento viram uma ata e vão pra dentro da gaveta. E que a intenção é para votar isso aqui ok, vamos arrumar isso aqui e a empresa vai ajustando. Adalberto pergunta qual a condição disso voltar para a pauta nossa. Joana responde que qualquer construção inclusive, o aterramento, por exemplo. André fala que está no projeto a mais de 8 anos e que eles foram vencendo cada etapa, nada em um projeto de aprovação é papumba e pronto e acabou, são etapas, e que algumas ele já sentiu que estão ok aqui dentro do conselho, outras precisam avançar um pouco mais, por exemplo, a visada que é importante pra cidade, então vamos votar que está ok, mas que tem que apresentar o estudo técnico. Joana diz que até pra comercializar. Dra. Ana Luiza da OAB fala que é uma irresponsabilidade enquanto conselheiro e, se for o caso ela irá ao Ministério Público para se resguardar. Joana diz que eles só estão conversando que ninguém está impondo nada. Dra. Ana Luiza fala que não vai fazer isso e que se tiver que fazer que ela se direciona até lá agora. Adalberto com a palavra fala que o que assusta é que a Carolina na última reunião disse que em 2013 a EMCCAMP estava sendo incentivada a fazer as coisas que estavam fazendo e depois teve que mudar o rumo das coisas e os conselheiros não sabiam de nada disso. E que ele quer saber que eles vão votar, mas quer saber qual a condicionante de que tudo que foi firmado e pergunta onde isso vai impactar? Joana responde que vai impactar no início da comercialização do projeto. André responde que no final o que interessa é o alvará de obra e ele poder comercializar, que até esse ponto o município e os conselhos tem toda gestão do processo e que ele precisa avançar e que ele tem um contrato com a família Araújo e que ele está vencendo e não sabe se a família irá renovar ou não e alerta para o caso de não haver comercialização o que pode acontecer depois com o terreno. Diz que está avançado e que precisa garantir todas as conquistas que o próprio município fez e isso, inicialmente, um projeto que iria ser várias construções e que a EMCCAMP eliminou tudo e que hoje será um loteamento. Então, ele acredita que isso é um ganho para a cidade, então vamos garantir ele e que se amanhã a EMCCAMP não for mais a parceira da família Araújo quem vai ser e



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

o que é que vão fazer se terá conselho ou não e que é necessário consolidar as conquistas e das próximas etapas até a comercialização e que até lá isso vai estar por escrito o que ele tem que apresentar. Joana fala que pode ser feito um cronograma com prazos. Ítalo responde que não está entendendo a votação fala que foram apresentados os critérios e que foi discutido, mas que precisa de um novo projeto com as novas topografias, pois os critérios de agora estão de acordo com as visadas estão com a topografia natural e pergunta o que vai ser liberado. Pois os critérios eram somente dos pontos apresentados. Por que com a nova topografia vai mudar o critério. O que ele entendeu que aqueles pontos específicos seriam os critérios e que agora já estão querendo fazer uma coisa diferente e o restante seguiria o Plano Diretor de forma geral e que teriam zonas cobrindo tudo e que cada uma terá seu critério. Pergunta, então, se aprovar hoje, o que eles estarão liberando, vai ter critério, mas o critério vai virar, e que ele gostaria de entender, como vai ser a votação de agora. André fala que hoje não tem nada e que ele pode construir de acordo com o Plano Diretor, por isso acredita que a votação é uma conquista no ponto de vista dele. Não pode construir qualquer coisa, diz que “estamos votando pra que a EMCCAMP faça um projeto de análise de visada, uma empresa terceirizada, não sou eu, com RT e tudo que vai pegar o meu projeto com a terra planejem considerada de como vai estar no futuro para poder apresentar pra vocês”. Joana prossegue falando que essa votação de agora, até por que eles não têm autorização pra vender enquanto estiver tudo certo é uma votação positiva ou negativa em relação aos critérios que foram pedidos e que foram pedidos pra modificar e que se o tempo inteiro eles tiverem uma reação negativa a EMCCAMP nem precisa fazer. Maria Aparecida da Associação de Mulheres da Comunidade Quilombolas de Pinhões fala que a EMCCAMP deve executar o que foi pedido hoje e marca uma reunião na próxima semana e assim os conselheiros votam. Mariana Borges pergunta quantos dias para que o estudo das visadas fique pronto. André responde que demora um pouco, pois ele precisa procurar a empresa, tomar preço e que é importante evoluirmos e que ele não quer ninguém desconfortável e que a votação é se terá o estudo ou não. Adalberto pergunta se o objetivo era votar diretrizes se a gente fosse votar hoje na forma regulamentar era só votar diretriz e que a escolha da diretriz apontou a necessidade de ter um estudo maior. Joana fala que da reunião passada para essa reunião agora muita coisa evoluiu. Adalberto fala que só não pode aprovar o loteamento, pois se não a EMCCAMP vai embora e deixa aqui. André fala das sugestões de ir pro EIV e que é preciso garantir isso. Joana fala que a votação é pra aprovar o que foi apresentado pela Giuliana e pela Mariana. Adalberto reitera falando que o que deve ser votado é o que a Mariana apresentou. Joana fala que não está decidindo se vai ter ou não vai ter e sim que foi dado mais um paço e que isso fique registrado em ata. Mikaela Moraes historiadora da Secretaria Municipal de Cultura de Turismo de Santa Luzia inicia falando que mesmo que Joana tenha pedido a ela pra não falar e que a função técnica dela, ela está sendo paga pra isso a Macaúba é uma espécie arbórea do local que conta muito a história de Santa Luzia e que precisa ser preservada. Joana explica para os demais que pediu para que a Mikaela não falasse neste momento, pois se trata de um problema da SECULT que vai fazer o registro ambiental das Macaúbas e que então pela regulamentação tem que preservar a espécie. Joana pede, por favor, para a Dra. Ana Luiza que está deixando a reunião. Dra. Ana Luiza fala que “o horário já deu e que não é possível votar desta forma”. Joana pede para que seja registrado em ata a saída da Dra. Ana Luiza da reunião. Joana fala que por isso pediu a Milkaela que não falasse hoje por que pela vigência da legislação as Macaúbas já seriam preservadas. Mikaela fala que foi chamada para o estudo também e Joana fala que voltará a reunião para o ponto que ela estava em relação aos critérios da visada e pede, por favor, a historiadora Mikaela e que a reunião estava nesse ponto que inclusive as pessoas estão indo embora, abandonando a reunião. Ítalo pergunta quais são as votações e assinala que serão as etapas de sugestão do EIV e as outras diretrizes. Joana fala que o que precisa ser aprovado são as diretrizes pro EIV e os critérios e que inclusive pede a ajuda dos conselheiros para revisar por que se não, não tem por que revisar isso. Adalberto fala que entendeu que seriam a votação do loteamento. E as pessoas respondem que não. Ítalo do CREA sugere que a EMCAMMP em até 90 dias poderá entregar o relatório das visadas. Joana pergunta se todos concordam com esse prazo e para que fique claro em relação ao relatório da visita e que não adianta na próxima reunião “começar a berrar um terceiro assunto”. Mikaela com a palavra fala que não é um terceiro que as Macaúbas fazem parte da visada assunto e Joana a pede, por favor, e que as Macaúbas será um processo ICMS e de registro diz a Mikaela que ela não está discutindo e nem dando a palavra a Mikaela e continua dizendo que após o estudo técnico das visadas esse assunto pode ser trazido e “não pegar um textinho e colocar a respeito da história”. Mikaela diz “que não é um textinho, que ela exige respeito aqui a sua atribuição técnica”. Joana diz que exige a mesma coisa. Mikaela continua dizendo que ela foi chamada para fazer o estudo e em cima da hora falaram que ela não iria apresentar. Joana pede a Mikaela, por



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

favor, e que isso será discutido na Secretaria de Cultura. Natércia representante da Secretaria de Educação pergunta por que o assunto será tratado na Secretaria se é uma coisa que interessa aos conselheiros. Joana responde que isso é um segundo ponto. E Natércia continua falando que se tratar somente na Secretaria é um ponto que ninguém vai ficar sabendo. Joana prossegue falando que o que está tratando agora e que não adianta discutir e que já saiu gente e que é isso que não vai andar nunca e por isso está abandonada a cidade. Joana complementa tem uma discussão que fica só na discussão e que ela está falando isso não é defendendo a empresa é ao contrario e que ela acorda todos os dias querendo melhorar a cidade e que ela gostaria de dar andamento e não somente ficar na discussão. Joana fala “a votação é para dar autorização para eles continuarem os estudos pra apresentar os critérios que a gente fez inclusive as mudanças”. Natércia pergunta se podemos votar. Joana fala que é pra dizer se concorda ou não, para dar continuidade, andamento, pois a conversa está boa. Adalberto pergunta se é pra votar as necessidades das diretrizes. Joana fala que vamos votar as necessidades que está antes ainda. Ítalo pergunta se o empreendimento pode continuar o estudo e não é que está aprovando o empreendimento. André responde que com a votação o conselho esta dando o poder de continuar o estudo. Joana fala que a conversa foi boa e produtiva que a EMCCAMP aceitou nossas sugestões. Natércia fala que Joana disse que era pra votar as diretrizes. Adalberto fala que as diretrizes estão pendentes. Joana fala que a questão do voto será um aprofundamento para sair outras diretrizes que serão positivas e que o voto é para que a empresa continue na linha que todos querem. Ítalo fala que não significa que na próxima reunião que chegar aqui e os conselheiros não concordarem. Joana fala que o que esta sendo votado “aqui é apenas um ok para o aprofundamento do estudo das diretrizes” é que a linha que estamos seguindo está andando. André fala que como empreendedor que vamos construir isso junto. Joana fala que é apenas isso. Adalberto fala que ficou uma confusão de discursos que ficou parecendo que iríamos votar o loteamento e depois a gente vai ver as diretrizes. Joana fala que será votada a linha que a EMCCAMP vai ter seguir. Natércia da SME pede que a servidora Mikaela não sofra retaliações, pois isso acontecia muito aqui em Santa Luzia e fala que a Mikaela saiu não pelo que a Joana falou, mas sim por que ela já estava querendo sair. Joana pede para explicar e fala com Natércia que ela não precisa se preocupar e diz que muito pelo contrário eu o que a Mikaela trouxe sobre as Macaúbas é muito maior do que o estudo para o terreno é um estudo importante para a cidade, pois não tem Macaúbas só no terreno, temos Macaúbas na cidade inteira e que achando tão importante expressa que não trouxe para essa reunião nesse momento em um nível para que possamos fazer um registro de bem natural e que não cabia aqui naquele momento, pois não estava em processo e todos estavam à flor da pele e com pressa para ir embora. Mariana Borges do Desenvolvimento Urbano diz que vai ter mais segurança como conselheira e imagina que pra todo mundo, das diretrizes que ela colocou que os conselheiros não devem recuar. Joana fala que são dessas diretrizes pra frente e que pode trazer outras questões. Adalberto fala que as diretrizes mostradas pela Mariana em relação ao registro de cartório, área verde e nascente. Ítalo fala que a questão se trata de ampliar as diretrizes. Joana fala que o estudo apresentado por eles pode trazer outros critérios. Valquíria fala de preservar as Macaúbas da Mikaela. Maria Clara da Secretaria de Cultura e Turismo fala que Macaúbas é no território todo não é um estudo que será feito só agora. Joana fala que o estudo será feito para preservar tudo e quando retalhou ela foi para não trazer uma discussão muito importante nesse momento que já está tratando, não é por conta de cem Macaúbas que vai parar isso agora, nesse momento e foi por isso que ela pediu para não falar e que a Secretaria vai criar um processo pra cidade inteira das Macaúbas. Valquíria pede para que Joana não fique brava com a Mikaela e pede para que ela preserve as Macaúbas. Joana diz que vai ficar brava, pois pediu a ela para não falar. Valquíria pergunta se tudo será registrado. Joana fala que a reunião está sendo gravada e que todos vão ler a ata. Ela prossegue pedindo aos conselheiros que levantem a mão que está a favor de dar continuidade aos estudos para os critérios, aprofundamento para os critérios. Neste momento não havendo quorum 6 (seis) conselheiros votam a favor da continuidade e o aprofundamento dos estudos, sendo que as conselheiras da Associação de Mulheres Quilombolas de Pinhões se abstém do voto. André pergunta que tinha quorum no início e as pessoas foi embora e aí como às pessoas foram embora ele entende que tem a maioria como votante. Valquíria pergunta quantos votos deram. Maria Clara responde que foram 6 (seis) votos e uma abstenção. Joana coloca que até 90 dias a EMCCAMP tem que apresentar o estudo. André responde que responde que pretende fazer em 30 dias. Joana pede para avisar assim que estiver pronto e às 11h:41m foi encerrada a reunião. Eu, Maria Clara de Assis, conselheira e Secretária do COMPAC lavrei e assinei a presente ata.



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Maria Clara de Assis - SECULT

Joana Maria Coelho - Presidente do
COMPAC

Marco Aurélio Fonseca - SECULT

Aparecida dos Santos
Ass. Cultural de Mulheres
Quilombolas

Luciana Angélica de Sá Machado
Sec. Des. Urbano

Adalberto Andrade Mateus - Ass.
Cultural Comunitária

Ítalo José Leite - CREA

Maria Geralda dos Santos C.
Evangelista - Ass. Cultural de
Mulheres Quilombolas

Celso Aquino Pereira dos Santos
ONG- Patrulheiros da Paz

Ana Luíza Andrade e Souza
OAB – Suplente

Valquíria Dias - Sec. M. de Educação

Rosa Maria Werck - OAB

Mariana Ramos Borges –Sec.
M. Desenvolvimento Urbano

Natércia Maria Durval - Valquíria
Dias - Sec. M. de Educação